

Maria Aparecida de Moraes Silva¹

“Sabe o que é ficar borrado no eito da cana?”

Durante um tempo o açúcar sofreu um declínio, e a agricultura se desenvolveu. Agora esse monstro está de volta, devorando a terra da agricultura. O açúcar voltou a ser santificado, como na época da colônia, quando a oligarquia enriqueceu e a música, a cultura, tudo era pago pelo açúcar.

Em vez do PT promover a agricultura familiar, volta ao açúcar, que significa concentração de terras nas mãos das multinacionais e das oligarquias...Socialmente o Brasil sofre um enorme retrocesso, volta ao período colonial (...)

(...) Os senhores do capital financeiro, as oligarquias conquistaram um poder que nenhum imperador, papa ou rei jamais teve. Uma monopolização incrível: a refeudalização do mundo. (JEAN ZIEGLER. Folha de S. Paulo, Caderno Mais, 2 de dezembro de 2007, p.6-7).

O objetivo deste texto é analisar as condições de trabalho nos canaviais do Estado de São Paulo no momento atual, caracterizadas pela intensificação do processo de mecanização do corte de cana, em razão do Protocolo Agroambiental. Considera-se este momento como de transição do trabalho manual do corte de cana para o trabalho mecanizado. Em função da rapidez das mudanças ocorridas no processo de trabalho nos canaviais, que envolvem o preparo do solo, plantio, controle de pragas, além da colheita, estas relações de trabalho no atual momento devem ser analisadas no contexto do processo de pós-trabalho manual do corte. Esta afirmativa não significa que ocorrerá a total eliminação do trabalho manual, porém haverá implantação de novos arranjos no mercado de trabalho e também nos métodos de exploração da força de trabalho. Além do Protocolo Agroambiental,

¹ Professora livre-docente da UNESP; Pesquisadora do CNPq. Colaboradora dos Programas de Pós-graduação de Geografia/UNESP/PP e de Sociologia/UFSCar.

vale a pena mencionar outro arranjo institucional, o Pacto de Livre Adesão, firmado em 2009, por representantes dos trabalhadores, do governo federal e do patronato, cujo objetivo também foi o de reorientar as relações de trabalho nos canaviais a fim de garantir aos compradores do etanol do mercado externo que as relações de trabalho seriam fiscalizadas pelo poder público. Estes dois arranjos institucionais (estadual e federal) visam, sobretudo, à consolidação da ideologia, segundo a qual o etanol, extraído da cana, será a solução para os problemas ambientais do planeta, na medida em que seu uso permitirá a diminuição de gases poluentes na atmosfera, responsáveis pelo efeito estufa, garantindo, assim, a segurança energética².

A tese defendida neste artigo se baseia em pesquisas quantitativas e qualitativas, por meio da coleta de depoimentos com trabalhadores rurais em várias cidades canavieiras do Estado de São Paulo. Os resultados demonstram que o aumento da produção e da produtividade da cana caminha lado a lado com a exploração da força de trabalho. Ademais, a degradação das condições de trabalho produz sofrimento físico e também sofrimento moral e psíquico.

Com o intuito de facilitar a exposição, optou-se por apresentar alguns dados referentes à expansão canavieira no Brasil e no Estado de São Paulo para, em seguida, analisar as condições de trabalho neste contexto. As informações acerca dos elementos qualitativos - aqueles que atingem a subjetividade e a condição interior dos trabalhadores - são extraídas de pesquisas qualitativas por meio da metodologia da história oral e de etnografias desenvolvidas sobretudo na região de Ribeirão Preto, considerada a maior produtora de cana-de-açúcar do Estado de São Paulo.

A expansão da cultura canavieira e seus reflexos sobre a estrutura agrária

Os dados da Tabela 1 revelam que a área plantada com cana-de-açúcar no país praticamente dobrou no período de 1987-2008, passando de 4,5 para 8,92 milhões de hectares. Do mesmo modo, a produtividade passou de 62,31 para 77,52 toneladas por hectare. No que tange ao Estado de São Paulo, responsável atualmente por dois terços da produção de cana do país, o Gráfico 1 mostra que este crescimento é contínuo, principalmente após o ano de 2002, quando as montadoras começaram a produzir os motores flexíveis - *flex* -, isto é, movidos

² Sobre os efeitos ambientais da produção canavieira, ver, dentre outros, Szmrecsányi (1994); Andrade (2009).

a álcool e a gasolina. Assim sendo, a produção de cana neste estado praticamente dobrou no período de 2000 a 2008, passando de 200 para 400 milhões de toneladas.

Tabela 1 – Área, produção e rendimento da cana no Brasil (1987-2008)

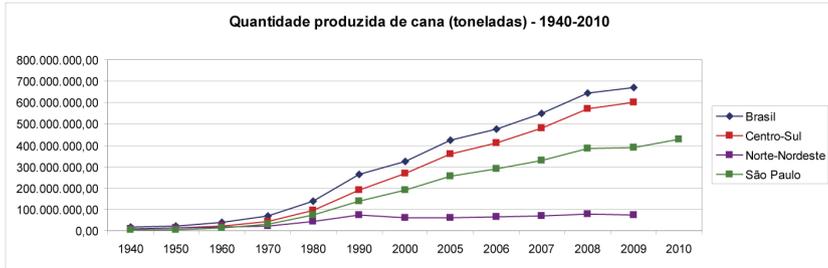
Ano	Área plantada (milhões de ha)	Área colhida (milhões de ha)	Produção (milhões de ha)	Rendimento (t/ha)
1987	4,35	4,31	268,58	62,31
1988	4,15	4,12	258,45	62,78
1989	4,01	4,07	252,29	62,02
1990	4,29	4,27	262,60	61,49
1991	4,24	4,21	260,84	61,94
1992	4,20	4,20	271,43	64,61
1993	3,97	3,86	244,30	63,24
1994	4,36	4,34	292,07	67,23
1995	4,62	4,57	303,56	66,49
1996	4,90	4,83	325,93	67,52
1997	4,95	4,86	337,20	69,10
1998	5,00	4,97	338,97	68,18
1999	4,86	4,85	331,71	68,41
2000	4,82	4,82	325,33	67,51
2001	5,02	4,96	344,28	69,44
2002	5,21	5,10	363,72	71,31
2003	5,38	5,37	389,85	72,58
2004	5,57	5,63	416,26	73,88
2005	5,62	5,76	419,56	72,83
2006	7,04	6,19	457,98	74,05
2007	7,85	6,71	514,08	76,60
2008	8,92	8,14	648,85	77,52

Fonte: Brasil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2008).
Apud:<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/>
CONTAG. Acesso em 30/04/2010.

Este vertiginoso crescimento da produção canavieira no Estado de São Paulo se deve ao relevo não acidentado, caracterizado por regiões de planalto e planície, e também às inúmeras bacias hidrográficas, cujas águas em grande volume são imprescindíveis para a produção do etanol. Estudos agrônômicos apontam que, na área industrial,

para cada litro de etanol são necessários 30 litros de água³. Neste sentido, as condições naturais, sobretudo a água e a terra, garantem a apropriação da renda diferencial de fertilidade da terra no ciclo de reprodução dos capitais aplicados nesta atividade.

Gráfico 1



Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980). Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE (1990, 2000, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009). Instituto de Economia Agrícola (2010). Gráfico elaborado por Beatriz Medeiros de Melo.

Essa gigantesca produção não se reporta apenas a grupos nacionais. Há uma crescente participação de capitais estrangeiros na compra de terras e de usinas. De 2000 a 2010, a participação estrangeira nas indústrias de cana cresceu 20%. De acordo com o grupo KPMG Corporate Finance, de 2000 a 2009, ocorreram 99 fusões e aquisições de usinas no Brasil. Em outubro de 2009, a empresa francesa Louis Dreyfus Commodities anunciou a compra de cinco usinas da Santelisa Vale de Ribeirão Preto. A fusão criou o grupo LDC-SEV Bionergia, tornando-se o segundo maior produtor mundial de açúcar e álcool, ficando o primeiro lugar com o Grupo Cosan⁴. O grupo LDC-SEV tem participação acionária de grandes famílias de usineiros paulistas, Biaggi e Junqueira, bem como do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento

³ Em algumas regiões do Brasil, fora do Estado de São Paulo, para a cana brotar adequadamente é necessária a irrigação conhecida como “salvamento”. Nestes casos, a quantidade de água captada é maior. A cana precisa em seu ciclo de maturação, em média, de 1500 mm de água, isto é, 1500 litros de chuvas por m², ou 15.000.000 litros por hectare, e cada hectare produz, em média, 100 toneladas de cana, ou seja, são necessários 150 mil litros de água por tonelada (Informações fornecidas por José Mário Ferreira Andrade, engenheiro agrônomo da CETESB, à autora deste texto).

⁴ O Grupo Cosan fundiu-se a Shell em 2010, criando a empresa Raízen

Econômico e Social) e do Banco Sachs. Além da fusão entre os capitais investidos na produção canavieira, há a participação de empresas petrolíferas (Petrobras, Shell, British Petroleum), automotivas, de biotecnologia, mineração, infraestrutura e fundos de investimento.

Este fato revela uma profunda transformação em relação ao modelo do início do capitalismo inglês analisado por Marx (1978). Segundo este modelo (clássico), com o advento do capitalismo, havia três classes sociais na agricultura: os trabalhadores, os proprietários fundiários, geralmente descendentes da antiga nobreza, e os capitalistas. Segundo a análise marxiana, a renda da terra – parte da mais-valia – era apropriada pelos proprietários fundiários, considerados os parasitas da sociedade. No Brasil, os donos do capital são também os donos da terra, portanto, ao invés da tríade, há a díade, constituída por capitalistas e trabalhadores. Aliada a este processo, a alta do preço da terra⁵ é uma forma de garantir grandes lucros em função da especulação. Ainda mais. As fronteiras nacionais se romperam e, sucessivamente, os grandes capitais dominam grandes áreas de vários países, confirmando-se, assim, o seu caráter apátrida por meio do processo de internacionalização da propriedade da terra.

O processo de internacionalização da propriedade da terra conduz ao seu corolário, qual seja, a internacionalização da apropriação da renda da terra por grandes empresas. Sobre este aspecto, vale a pena tecer algumas reflexões. Nas considerações preliminares sobre o estudo da renda da terra no Livro III de *O Capital*, Marx (1978) mostra que o monopólio da propriedade fundiária é uma condição histórica prévia e é a base permanente do modo de produção capitalista. É este modo de produção que cria a propriedade fundiária que lhe convém, subordinando a agricultura ao capital. A agricultura torna-se, portanto, um ramo do capital. Neste sentido, todas as formas que não convêm ao capital são destruídas na medida em que ele se apossa da agricultura.

Este fato é extremamente importante, pois, além dos investimentos estrangeiros na atividade canavieira, há compra de terras no Brasil, sobretudo nas regiões de cerrado e da Amazônia. Segundo levantamento do INCRA, há 33.228 imóveis (0,64 do total) registrados como

⁵ Em virtude da alta dos preços das commodities, os preços das terras no Brasil aumentaram em média mais de 16% no segundo bimestre de 2008, ante o mesmo período de 2007. No centro-oeste, houve um aumento maior, em função da compra de terras por grupos estrangeiros, sobretudo na região do cerrado (Folha de S. Paulo, 20 de maio de 2008, B12).

propriedades de estrangeiros. Estas propriedades cobrem 5,6 milhões de hectares, ou 0,97% das áreas cadastradas do Sistema Nacional de Cadastro Rural. Ainda segundo o INCRA, 55% destas terras de estrangeiros (pessoas físicas e jurídicas) se encontram na Amazônia Legal e cobrem cerca de 3,2 milhões de hectares⁶.

Levando em consideração as observações de Marx, acima, fica evidente que a apropriação da terra (incluindo a água e as fontes de biodiversidade) é necessária aos padrões de acumulação dos capitais das empresas transnacionais, tendo em vista a valorização da terra e o consequente aumento da renda fundiária, o que garante as vantagens comparativas do etanol brasileiro no mercado internacional. A territorialização da expansão canavieira abrange uma extensa área do solo brasileiro, situado na região centro-sul, particularmente nos Estados de São Paulo, norte do Paraná, sul de Mato Grosso do Sul, sul de Minas Gerais e sul do estado de Goiás (cerrado). Esta área se constitui num polígono situado sobre as águas do Aquífero Guarani, uma das maiores reservas subterrâneas de água doce do mundo⁷. No Estado de São Paulo, as plantações e usinas se situam ao longo dos rios da bacia hidrográfica do rio Paraná.

De modo geral, a ideologia que sustenta esta produção escamoteia o processo de expropriação de pequenos proprietários que se

⁶ Executivos da empresa sul-coreana Hyundai negociam com governos estaduais a compra de terra no Brasil com o objetivo de plantar e exportar soja para a Coreia do Sul. Representantes da empresa visitaram o Piauí na semana passada e, em junho, terão reuniões com os governos do Maranhão, do Tocantins e da Bahia. Os coreanos querem comprar 10 mil hectares no Brasil, mas ainda não têm prazo para fechar o negócio. Segundo o diretor da Hyundai Corporation no Brasil, Gi-Seob Kim, o projeto é “muito recente” (*Folha de S. Paulo*, 9/05/2010, p. B 12). Os chineses estão negociando com os governos estaduais do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Pará, Amapá, Maranhão, Tocantins e Bahia. Para serem mais atrativos, os projetos são acompanhados de promessas de instalação de hospitais, escolas e doações aos governos locais. Como escreveu Assis Moreira, no artigo “Chineses querem mais terras no Brasil”, “é o novo colonialismo” (Assis Moreira, do Valor Econômico, 27 de abril de 2010). A estatal chinesa Chongqing Grain Group, por exemplo, pretende investir cerca de R\$ 525 milhões, na compra de 100 mil hectares no oeste da Bahia, até julho de 2010. Em uma segunda etapa a pretensão é comprar 200 mil hectares e investir R\$ 1,5 bilhão (Informações do Estadão Online, 22/04/10 e do artigo “Estatal da China anuncia compra de terras para produzir soja em Tocantins”, da Redação).

⁷ Ver a respeito Thomaz Jr. (2009); Oliveira (2009).

dedicavam a outras culturas. A expansão da monocultura se faz, segundo a tese dos proprietários e representantes dos governos, estadual e federal, por meio da ocupação de áreas degradadas da pecuária extensiva. Contrariando estas afirmativas, as Tabelas 2 e 3 revelam, a partir do exemplo do Estado de São Paulo, a distribuição e o recuo da maioria das áreas dos demais produtos agrícolas. Os dados da Tabela 2, baseados no levantamento censitário do projeto LUPA⁸, mostram que as áreas de cana praticamente dobraram no período de 1995/96 a 2007/08, atingindo mais de 5,4 milhões de hectares! É também significativo observar que as áreas destinadas ao eucalipto, *pinus* e seringueira também registraram aumentos. Em contrapartida, os demais produtos destinados à alimentação sofreram quedas expressivas, exceto arroz, mandioca e milho. Em outro trabalho (Silva, 2005b) foi possível registrar, por meio de imagens, a destruição de um milhão de pés de café de uma fazenda no Município de Batatais/SP, cujas terras foram arrendadas em seguida para a cana. Este fato é importante de ser assinalado porque estas terras não eram degradadas; ao contrário, eram terras férteis que incorporaram insumos durante vários anos para a produção cafeeira. No tocante às áreas de pastagens, os dados da Tabela 3 indicam que não somente houve redução como também uma queda acentuada do número de bovinos e da produção leiteira. No caso do rebanho de corte, os números do IBGE apontam um crescimento significativo na região amazônica, implicando o aumento do desmatamento. Na região norte do país, houve um enorme avanço da pecuária. Na Amazônia legal, o número de bovinos passou de 34,7 milhões para mais de 73 milhões no período de 1994 a 2006. Desde 2004, somente o Estado do Pará aumentou a exportação de carne *in natura* em 7.800%, segundo dados do IBGE e do Ministério da Agricultura, publicados pela Folha de S. Paulo (13/01/2008, p. A31). O desenvolvimento da pecuária está intimamente relacionado ao desmatamento. O município paraense São Felix do Xingu, entre 2000 e 2006, desmatou uma área de 14.496,6 km² e possui um rebanho de 1,7 milhão de cabeças de gado, mais do que Roraima e Amazonas somados. Segundo esta mesma fonte, a região norte hoje responde por 36% do rebanho do país.

⁸ UPAs (Unidade de Produção Agropecuária). Censo realizado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA do estado de São Paulo em todas as unidades de produção agropecuária por meio do projeto LUPA.

Tabela 2 – Número de UPAs e área cultivada (ha), por cultura, Estado de São Paulo, 1995/96 e 2007/08

Cultura	Número de UPAs			Área (ha)		
	1995/96	2007/08	2007/08 em relação a1995/96(%)	1995/96	2007/08	2007/08 em relação a1995/96(%)
Cana	70.111	99.799	+42,3	2.886.312,60	5.497.139	+90,5
Eucalipto	38.153	41.836	+9,7	679.639,20	862.505	+26,9
Milho	84.910	51.694	-39,1	1.235.906,20	667.685	-46,0
Laranja	35.883	20.720	-42,3	865.801,80	741.316	-14,4
Soja	9.411	7.816	-16,9	714.206,60	396.427	-44,5
Café	28.399	23.737	-16,4	229.089,70	214.790	-6,2
Pinus	1.319	1.625	+23,2	136.052,20	151.860	+11,6
Feijão	18.056	10.290	-43,0	162.208,30	104.154	-35,8
Seringueira	2.472	4.402	+78,1	40.608,80	77.370	+90,5
Mandioca	10.365	10.962	+5,8	30.586,40	61.592	+101,4
Banana	10.112	7.707	-23,8	61.386,70	59.065	-3,8
Amendoim	2.069	924	-55,3	61.778,60	37.072	-40,0
Sorgo	2.111	1.100	-47,9	35.639,90	34.488	-3,2
Limão	8.006	5.887	-26,5	34.940,30	32.184	-7,9
Manga	7.008	4.264	-39,2	25.483,40	18.734	-26,5
Algodão	8.134	315	-96,1	160.651,00	17.890	-88,9
Arroz	11.183	1.675	-85,0	45.535,00	16.762	63,2
Tangerina	5.981	3.359	-43,8	25.228,30	15.300	-39,4
Batata-inglesa	1.687	817	-51,6	25.041,90	15.263	-39,1

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/ IEA, Projeto LUPA. *Apud:* Francisco Alberto Pino. *Análise preliminar de um censo agropecuário: projeto LUPA no estado de São Paulo.* Disponível em: www.cati.sp.gov.br/projeto-lupa. Acesso em: 03/05/2010.

Tabela 3 – Bovinocultura e bubalinocultura, Estado de São Paulo, 1995/96 e 2007/08

Item	Projeto LUPA		
	1995/96	2007/08	2007/08 em relação a 1995/96(%)
Números de bovinos para corte	6.056.621	5.762.945	- 4,8
Número de bovinos para uso misto	5.177.093	4.489.161	-13,3
Número de bovinos para leite	1.432.512	924.435	-35,5
Números de bovinos (total)	12.666.226	11.176.541	- 11,7
Produção de leite
Número de bubalinos	39.542	40.462	+ 2,3

Fontes: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (dados preliminares para 2006). *Apud:* Francisco Alberto Pino. *Análise preliminar de um censo agropecuário: projeto LUPA no Estado de São Paulo*. Disponível em: www.cati.sp.gov.br/projeto-lupa. Acesso em: 03/05/2010.

Em suma, a monocultura canavieira no Estado de São Paulo se caracteriza pelos processos de concentração da propriedade da terra, de sua desnacionalização por meio da transnacionalização da apropriação da renda da terra e pela expropriação dos pequenos agricultores que vendem ou arrendam suas terras para as usinas, em função da falta de créditos e de uma política agrícola que leve em conta seus interesses. No que tange às demais regiões do país, o avanço de grandes empresas sobre as áreas de posseiros, pequenos agricultores, quilombolas, ribeirinhos, que constituem o campesinato, produz a expropriação de suas condições de vida, forçando-os a migrarem para as regiões do centro-sul, sobretudo para as áreas de cana (SILVA, 2008a, c, 2010). Geograficamente, pode-se dizer que há uma estrada com duas direções opostas: enquanto os homens *descem* (do norte e nordeste para o sudeste), os capitais (bois) *sobem* (do sudeste para o norte).

Feitas estas breves considerações sobre a expansão da cultura canavieira e seus reflexos sobre a estrutura agrária e a diminuição das áreas dos produtos destinados à alimentação, o que traz implicações sobre a segurança alimentar, assim como o deslocamento da pecuária

de corte, destinada à exportação, para a Amazônia Legal, acelerando o processo de desmatamento, passa-se a tecer a análise sobre o trabalho e os trabalhadores inseridos nas tarefas relativas ao corte manual da cana queimada.

A celebração no Palácio do Buriti em Brasília

No dia 25 de junho de 2009, no Palácio do Buriti, em Brasília, foi assinado um pacto de “livre adesão” entre os representantes dos trabalhadores rurais, empresas, produtores do etanol e governo federal, denominado *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições do Trabalho na Cana-de-Açúcar*. O documento, elaborado pela Secretaria Geral da Presidência da República, tem como objetivo estimular e garantir melhores práticas nas relações de trabalho e defender o denominado “trabalho decente”.

Os principais pontos do referido documento abrangem os seguintes itens:

- **Contrato de trabalho**

Os trabalhadores serão contratados diretamente pelas empresas, evitando, assim, a ação dos intermediários, ou seja, dos chamados “gatos”. Mediante esta medida, a remuneração dos trabalhadores não estará mais vinculada ao pagamento dos intermediários, fiscais e responsáveis pelo transporte. Por outro lado, a empresa deverá dispor de mecanismos de aferição da produção, previamente acertados com os representantes dos trabalhadores, devidamente escritos e amplamente divulgados entre os cortadores.

- **Saúde e segurança do trabalho**

As empresas deverão fornecer gratuitamente os equipamentos de proteção individual (EPIs) aos trabalhadores. Deverá haver empenho para que os mesmos sejam usados durante as atividades laborais, sobretudo durante o corte da cana. As empresas deverão implantar a prática da **ginástica laboral** antes do início da atividade, além de promover campanhas de conscientização acerca da necessidade de *reidratação*, devendo, para tanto, fornecer gratuitamente o soro hidratante aos cortadores. Deverá haver rigor no *exame médico admissional*, bem como melhorias de atendimento médico em situações de emergência.

No que tange aos *transportes*, as empresas deverão fornecê-los gratuitamente, bem como cuidar para que atendam às

determinações da NR31⁹, relativas à segurança, habilitação dos condutores dos veículos etc.

- **Trabalhadores migrantes**

Os alojamentos dos migrantes deverão seguir os requisitos da NR31. Para estes trabalhadores, caso não retornem aos seus locais de origem após a jornada de trabalho, as empresas deverão solicitar às Gerências Regionais ou Superintendências Regionais do Trabalho a emissão de certidão liberatória, comprovando a sua contratação regular e de retorno aos locais de origem no final da safra. Ademais, as empresas proporcionarão acesso aos meios de comunicação nos alojamentos, para facilitar o contato com as famílias.

- **Remuneração e alimentação**

As empresas deverão complementar o pagamento das diárias, correspondentes ao piso salarial, para os trabalhadores que não lograrem a remuneração com sua respectiva produção. No que tange à alimentação, as empresas fornecerão *apenas a “marmita” térmica, sem os alimentos, portanto marmita vazia.*

- **Organização sindical e negociações coletivas**

As empresas e as entidades dos trabalhadores devem se empenhar para o estabelecimento da negociação coletiva de trabalho. As empresas assegurarão acesso aos locais de trabalho de dirigentes de sindicatos, federação ou confederação da respectiva base territorial, desde que estejam previamente credenciados *e sejam comunicados de maneira simplificada e com antecedência, para verificarem eventuais problemas e buscarem soluções junto aos representantes da empresa.*

- **Responsabilidade no desenvolvimento da comunidade**

As empresas divulgarão e apoiarão ações relativas à *educação, saúde, cultura, esporte e lazer nas comunidades onde estão inseridos os trabalhadores.*

Na ocasião da celebração da “adesão voluntária”, o presidente da UNICA (União da Indústria Canavieira) afirmou:

Entendemos este compromisso como um modelo inovador de cooperação tripartite – envolvendo empresários, trabalhadores e o governo federal. Trata-se de um acordo nacional de adesão

⁹ NR31: Norma Reguladora das condições e ambiente de trabalho no meio rural.

voluntária que se diferencia de qualquer negociação realizada pelo setor até o momento e que representa um avanço decisivo nas relações trabalhistas. As 300 unidades empresariais que assinam hoje os seus “termos de adesão” terão de cumprir um conjunto de cerca de 30 práticas empresariais exemplares, que em seu conjunto extrapolam as obrigações legais, e que darão direito a um “certificado de conformidade” que será debatido pela comissão nacional de diálogo e monitoramento do compromisso, hoje criada.

Este “pacto” foi realizado com o intuito de camuflar as reais condições de trabalho existentes, a fim de garantir a certificação ambiental ao etanol, exigência de muitos países europeus. O objetivo deste texto é desvendar o que há por trás das cortinas do palco da ideologia do etanol brasileiro, produto-propaganda da salvação do planeta do aquecimento global.

Em 14 de junho de 2012, 169 empresas receberam o Selo *Empresa Compromissada*, em cerimônia no Palácio do Planalto, em razão de terem seguido as normas do Pacto de Adesão. As boas práticas estão definidas no Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar. A presidenta Dilma Rousseff participou da cerimônia. Entre os itens do compromisso estão o fornecimento de transporte seguro e gratuito aos trabalhadores, a contratação direta, eliminando a figura do atravessador (conhecido como “gato”), e a garantia de local adequado para a alimentação e de fornecimento de recipiente térmico (marmitta), para conservar a temperatura da refeição. A garantia do acesso das entidades sindicais ao local de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar para verificar as condições de trabalho é outro item do compromisso. O ex cortador de cana e atual secretário de Assalariados Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Antônio Lucas, comemorou os avanços trazidos pelo incentivo à melhoria das condições de trabalho no setor. “Evoluímos, sou da época em que o cortador de cana era transportado no mesmo caminhão que se carregava a cana. Hoje temos ônibus, cartão de horário. Antes se encontrava trabalho infantil e hoje podemos afirmar que não tem mais. Meu pai, eu e meu irmão trabalhávamos no corte de cana e só meu pai tinha carteira assinada; hoje todos têm carteira assinada e direitos garantidos”. A presidenta Dilma Rousseff também destacou o êxito do compromisso. “Estamos dando um passo no sentido de mostrar que é possível, sim, produzir energia limpa fazendo um processo de inclusão social no qual o

direito dos trabalhadores adquire papel de destaque”. A adesão das empresas do setor sucroenergético ao Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar é voluntária. Após a adesão elas recebem visitas para verificar o cumprimento das boas práticas estabelecidas e são selecionadas as que estão aptas a receber o selo *Empresa Compromissada*. Segundo o ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, há 300 empresas do setor no país. Dessas, 250 aderiram ao compromisso e 169 receberam o selo. Carvalho informou que há um compromisso de boas práticas já em andamento para a área da construção civil e que a meta, agora, é iniciar as discussões com a indústria têxtil¹⁰.

É preciso, no entanto, lembrar que a avaliação foi feita por empresas privadas contratadas pelas próprias usinas, cujos resultados ficaram em poder das mesmas, não havendo a participação do MPT ou ainda de qualquer outro órgão público. Este fato por si mesmo é um demonstrativo de que a avaliação das práticas adotadas pode não corresponder à realidade dos fatos, revelados em seguida.

A (não) celebração no eito dos canaviais

No que tange ao Estado de São Paulo, responsável por dois terços da produção total do país, a área atual com cana caracteriza-o como um gigantesco canavial, e a territorialização dos capitais aplicados na agricultura canavieira localiza-se sobre as águas dos aquíferos e das bacias hidrográficas, segundo os dados apontados acima. Por trás dos grandiosos números, esconde-se uma realidade perversa relativa aos trabalhadores e ao meio ambiente¹¹. Nos limites deste texto, será abordada apenas a situação dos cortadores de cana, levando-se em conta alguns dados recentes de pesquisas realizadas no Estado de São Paulo, particularmente na macrorregião de Ribeirão Preto, considerada a capital mundial do etanol.

¹⁰ Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-14/empresas-do-setor-de-cana-de-acucar-recebem-selo-de-qualidade-por-respeito-aos-trabalhadores>. Acesso em 14/06/2012.

¹¹ A questão ambiental foi objeto de estudos de vários pesquisadores, desde os anos de 1950. Dentre eles, vale citar, Szmrecsányi, 1994. Sobre um diagnóstico recente e bastante criterioso acerca dos efeitos ambientais causados pela atividade canavieira na área agrícola e na área industrial no Estado de São Paulo, consultar: Andrade, 2009. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=116014.

Em virtude da vigência do acordo ambiental entre o governo estadual e a UNICA de finalizar as queimadas até 2014, tem havido um incremento da mecanização do corte e a diminuição do número de trabalhadores empregados, apesar do aumento da área plantada. Assiste-se neste momento à concorrência entre trabalhador e máquina, algo já analisado por Marx na Inglaterra no século XIX. É o momento, portanto, de transição do trabalho manual para o mecanizado e, neste sentido, vê-se o aumento da exploração por meio de métodos os mais variados.

Um deles se refere às mudanças das formas de pagamento, sem a consulta aos trabalhadores, segundo as condições climáticas, o tipo de cana (cana pé de rolo, cana velinha, cana crua, cana queimada etc.)¹². O metro da cana em 2009 foi pago em média a R\$ 0,18. Quando chove, o trabalhador pode ser deslocado para o corte da cana crua, porque as máquinas não cortam cana molhada. Esta tarefa demanda muito mais esforço e o pagamento não chegava a R\$ 0,30 por metro. Às vezes, o trabalhador recebe por diária (R\$17,00). Estas mudanças geram incertezas em relação ao quantum de salário a ser recebido no final do mês. É muito comum eles dizerem que o salário está muito inferior ao dos anos anteriores.

Logo após a celebração em Brasília, dentre os acontecimentos noticiados pela imprensa e investigados pelo Ministério Público, merecem destaque os seguintes:

- O trabalhador da Usina Bela Vista, de Pontal/SP, Sidnei dos Santos, 40 anos, *morreu carbonizado na noite de 12 de julho de 2009*, enquanto ateava fogo na cana. O trabalhador usava um botijão de gás e uma mangueira como lança-chamas. A prática é comum na região, embora extremamente irregular, segundo a NR31 (*Folha de S. Paulo*, Ribeirão, 13/07/2009).
- Um trabalhador da Usina Zanin de Araraquara/SP morreu enquanto cortava cana, supostamente por excesso de esforço, no dia 29 de junho de 2009. Segundo denúncias encaminhadas à Pastoral dos Migrantes, sediada em Guariba, desde 2004 ocorreram 23 *mortes, supostamente por excesso de esforço nos canaviais paulistas*. (*Jornal Primeira Página*, São Carlos, 05/07/2009, B 2).

¹² Cana pé de rolo é a cana que está caída e embolada em função dos ventos. Antes de ser cortada, esta cana precisa ser levantada do solo com as pernas, o que aumenta o esforço físico dos trabalhadores; cana velinha é a cana de espessura fina, cujo peso é pouco; cana crua é a cana cujas palhas não foram queimadas para o corte; cana queimada é aquela cujas palhas foram queimadas.

- No mesmo dia da celebração em Brasília, “(...) o Grupo José Pessoa acabava de se envolver, em menos de dois anos, no seu terceiro caso de flagrante de trabalho escravo. Desta vez, 280 pessoas - entre elas, quatro adolescentes (três com 16 anos e um com apenas 13) e 22 mulheres - foram libertadas da área que produzia para a Usina Santa Cruz, em Campos dos Goytacazes/RJ, no início de junho. Não havia registro na Carteira de Trabalho e da Previdência Social (CTPS) dos trabalhadores e o pagamento não seguia as normas legais. As centenas de cortadores de cana-de-açúcar vinham atuando há um mês na Usina Santa Cruz por intermédio dos chamados “gatos”, que aliciaram mão de obra em outros estados, como Alagoas, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais” (Notícia veiculada pela PRT1- Procuradoria Regional do Trabalho 1). No dia 21 de julho de 2009 o Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo do Ministério Público libertou 105 trabalhadores em São Francisco de Itabapoana/RJ, os quais estavam submetidos a condições análogas às de escravos, Os mesmos eram cortadores de cana para a Paineiras/SA¹³. Para o conjunto do país, os dados sobre o trabalho escravo estão apresentados no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Trabalho escravo na cana 2009

Município	UF	Proprietário	Trabalhadores Alcançados	Crianças e Adolescentes	Trabalhadores Libertados
São Mateus	ES	Grupo “ Infinity Bio Energy”	1.551	-	288
Joviânia	GO	Selson Alves Neto	26	-	15
Inhumas	GO	Ipê Agro- Milho Industrial Ltda	115	-	115
Limoeira do Oeste	MG	Antonio Cabrera	385	-	99
Paracatu	MG	Destilaria Vale do Paracatu- Agroenergia Ltda	241	-	170
Cláudio	MG	Destilaria Alpha Ltda	85	-	80
Confresa	MT	Zihuatanejo do Brasil Açúcar e Alcool S.A Grupo EQM (Eduardo Queiroz Monteiro	192	-	55

¹³Disponível em: (www.estadao.com.br/estadao hoje/20090721/not_imp405866,0.php). Acesso em 03 de setembro de 2009.

Aliança	PE	Usina Cruangi S/A	252	16	245
Escada	PE	Paulo Roberto Monte Barreto arrendador	70	1	39
Moreno	PE	Fernando Vieira de Miranda	101	-	40
Escada	PE	A identificar	50	-	50
Campos dos Goytacazes	RJ	Agrisul- Agrícola Ltda. Grupo José Pessoa CBAA	324	5	324
Campos dos Goytacazes	RJ	Usina Paineiras S.A	81	-	81
Campos dos Goytacazes	RJ	Coagro	996	-	38
Campos dos Goytacazes	RJ	Agrisul- Agrícola Ltda. Grupo José Pessoa CBAA	150	-	150
Campos dos Goytacazes	RJ	Agrisul- Agrícola Ltda. Grupo José Pessoa CBAA	153	-	122

Fonte: Comissão Pastoral da Terra, com base em dados do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério Público do Trabalho¹⁴.

Segundo estes dados, em 2009, 1.911 trabalhadores na atividade canaveira foram resgatados por estarem em condições análogas às de escravo, o que representa um crescimento em relação aos anos anteriores. No período de 2003 a 2006 os resgatados foram em número de 605, segundo a CPT (Comissão Pastoral da Terra).

A partir da década de 1990 - quando se consolida o processo técnico-científico aplicado nesta agricultura (SZMRECSÁNYI, 1994) pelo uso intensivo de agrotóxicos, implantação de novas variedades de cana e máquinas colhedoras de cana, capazes de substituir até 120 trabalhadores – ocorreram vários processos simultâneos: aumento da precarização das relações de trabalho, existência de casos de condições análogas à de escravo, aumento abusivo da exploração da força de trabalho, por meio da produtividade em torno (hoje) de 12 toneladas de cana cortada por dia, ocorrência de mortes súbitas, supostamente em função da fadiga, e de mortes lentas, simbolizadas por uma verdadeira legião de mutilados (SILVA et al, 2006; ALESSI; NAVARRO, 1997).

¹⁴ O quadro completo sobre estas informações encontra-se em: O Brasil dos agrocombustíveis. Cana. Impactos sobre a terra, o meio ambiente e a sociedade. Repórter Brasil, 2009, p.16. Disponível em WWW.agrocombustiveis.org.br. Acesso em 23/4/2009.

O trabalho na cana não inclui somente o corte, mas também o plantio e a limpeza de curvas de níveis, muitas vezes repletas de mato, folhas de cana e água das chuvas. Ademais, antes da distribuição de venenos por máquinas ou aviões, esta atividade era realizada manualmente, inclusive por mulheres, até mesmo grávidas, muitas vezes sem máscaras protetoras. Casos de alergias, câncer de pele não são notificados como doenças laborais, nestes casos. O uso de veneno é muito intenso nas estufas que preparam as gemas de cana para o plantio, atividade que emprega basicamente mulheres (SILVA, 1997).

Quanto ao corte da cana, trata-se de uma atividade extremamente pesada e dilapidadora, pois, para lograr um bom desempenho, a cana precisa ser cortada ao rés do chão, exigindo a total curvatura do corpo. Após abraçar as canas, são necessários vários golpes de facão, seguidos dos cortes dos ponteiros que contêm pouca sacarose e que, por isso, não são levados para a moagem. Em seguida, as canas são lançadas em montes - leiras - e, novamente, o ciclo é recommçado, sem contar que, quando as canas ainda estão com folhas, estas são retiradas pela perna esquerda do trabalhador, impondo-lhe mais um movimento. Recente pesquisa revela que em dez minutos o trabalhador derruba 400kg de cana, desfere 131 golpes de podão, faz 138 inflexões, num ciclo de 5,6 segundos para cada ação. O trabalho é feito em temperaturas acima de 27 graus centígrados, com muita fuligem no ar; ao final do dia, terá ingerido mais de 7,8 litros de água, em média, desferindo 3.792 golpes de podão e feito 3.994 flexões com rotação da coluna. A carga cardiovascular é alta, acima de 40%, e, em momentos de pico, os batimentos cardíacos chegam a 200 por minuto¹⁵. Este fato caracteriza este trabalho como extremamente árduo e estafante, pois exige um dispêndio de força e energia, que, muitas vezes, o trabalhador não possui, tendo em vista o fato de serem extremamente pobres, senão doentes e subnutridos.

Isto significa que ele não apenas anda 4.400 metros por dia, mas transporta, em seus braços, 6 toneladas de cana, com um peso equivalente a 15 kg, a uma distância que varia de 1,5 a 3 metros. Além de todo este dispêndio de energia, andando,

¹⁵ Estes são alguns dados de um estudo científico feito durante dois anos com um grupo de trabalhadores no corte de cana da região de Piracicaba, pelos pesquisadores Rodolfo Vilela, do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (Cerest) e Erivelton Fontana de Laat, da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), e apresentados no Seminário: "Condições de Trabalho no Plantio e Corte de Cana", realizado nos dias 24 e 25 de abril de 2007 no auditório da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região em Campinas.

golpeando, contorcendo-se, flexionando-se e carregando peso, o trabalhador sob o sol utiliza uma vestimenta composta de botina com biqueira de aço, perneiras de couro até o joelho, calças de brim, camisa de manga comprida com *mangote*, também de brim, luvas de raspa de couro, lenço no rosto e pescoço, e chapéu ou boné. Este dispêndio de energia sob o sol, com esta vestimenta, leva a que os trabalhadores suem abundantemente e percam muita água junto com o suor perdem sais minerais e a perda de água e sais minerais leva à desidratação e à frequente ocorrência de câimbras (ALVES, 2006, p. 95).

A este cenário podem ser acrescentados: o calor excessivo, pois a jornada de trabalho inicia-se às 7h e termina por volta das 16h; a fuligem aspirada no momento do corte; a má alimentação; a violência simbólica existente no ambiente laboral, no sentido de considerar “frouxo” ou “fraco” aquele que não consegue atingir a produtividade (média) exigida, além da ameaça de perder o emprego, caso isto ocorra. Ademais, aqueles que não conseguem a média são chamados “facões de borracha”, “goelas”, em contraposição aos melhores, chamados de “facões de ouro”. Não são raros os casos em que lançam mão de drogas estimulantes para lograrem o aumento da produtividade (ANDRADE, 2003).

Outros trabalhos têm destacado que, em queimadas da palha da cana, a combustão incompleta resulta na formação de substâncias potencialmente tóxicas, tais como monóxido de carbono, amônia e metano, sendo que o material fino contendo micropartículas (PM10) é o poluente que apresenta maior toxicidade. Tais partículas atingem as porções mais profundas do sistema respiratório, transpõem a barreira epitelial, atingem o interstício pulmonar e são responsáveis pelo desencadeamento de doenças graves (ARBEX et al, 2004). Outro estudo (BOSSO *et al.*, 2006) constatou que cortadores de cana nos canaviais paulistas apresentavam na urina, na época da colheita, substâncias que indicavam a presença de HPAs genotóxicos e mutagênicos. Segundo os autores, as condições de trabalho expõem os cortadores de cana a poluentes que levam ao risco potencial de adoecimento, principalmente por problemas respiratórios e câncer de pulmão. Vale dizer que esta prática não afeta apenas os trabalhadores, mas também os moradores das cidades canavieiras. A pesquisa de Ribeiro e Pesquero (2010) mostra que as queimadas provocam poluição crônica que, em longo prazo, afetam as condições de saúde respiratória em crianças. Por outro lado, a poluição não é ocasionada apenas pelas queimadas

como também pela presença de muitos outros efluentes derivados da fabricação do açúcar e álcool (ANDRADE, 2009).

A grande discussão que envolve neste momento, de um lado, a Promotoria Pública e, de outro, os usineiros e representantes sindicais é o trabalho por produção, cuja abolição é defendida pelos promotores, por acreditarem que é a imposição da alta produtividade a responsável pelas 23 mortes nas usinas do Estado de São Paulo, supostamente por exaustão, ocorridas no período de 2004 a 2009. Além das mortes, mais de 400 trabalhadores foram registrados pelo INSS, com “incapacidade permanente” no período de 1999 a 2006 no Estado de São Paulo. Segundo ainda esta mesma fonte de dados, no período de 2002 a 2006, foram concedidos 32.208 auxílios-doença previdenciários, 216 aposentadorias por invalidez, 7.028 auxílios-doença acidentários, sete aposentadorias por invalidez acidentária, 38 pensões por mortes acidentárias e 15 auxílios-acidente. Os casos notificados foram: dorsalgia (12%); fratura no nível do punho e da mão (4%); sinovite e tenossinovite (4%); outros transtornos de discos intervertebrais (3%); ferimento do punho e da mão (3%); hérnia inguinal (2%); luxação, entorse e distensão das articulações e dos ligamentos do joelho (2%); fratura da perna, incluindo tornozelo (2%); hipertensão essencial (primária) (2%); fratura do antebraço (2%); outras categorias (64%).

Esta situação é o reflexo das condições de trabalho caracterizadas pela superexploração da força de trabalho vigente nesta atividade, que garantem, ao lado das condições naturais acima citadas, os altos níveis de produtividade e a competitividade do açúcar e do etanol no mercado internacional.

Além destas formas escamoteadas de exploração, há outras invisibilidades que ocorrem no mundo deste trabalho, formas não quantificáveis, registradas por minhas etnografias, algumas das quais relatadas em seguida.

Um dos itens celebrados refere-se ao oferecimento dos equipamentos de proteção individual (EPIs), garantindo a segurança do trabalho. Dentre eles, destacam-se: roupa, constituída de calça, camisa e mangote para a proteção dos braços, boné árabe para a proteção do pescoço, caneleira, sapatos com biqueira de aço, a fim de evitar o corte dos pés, e luvas, além do facão. Em virtude do suor, da fuligem da cana e da poeira, torna-se necessária a lavagem da roupa diariamente, algo que é feito pelos trabalhadores ou suas esposas, assim que chegam do trabalho. Neste sentido, as usinas se comprometeram a fornecer-lhes duas trocas de roupas. No entanto, no mês de junho vários trabalhadores de um “barraco” (assim é a denominação dada pelos migrantes

nas cidades onde alugam cômodos durante a safra)¹⁶ relataram que, em razão de a usina ter oferecido apenas uma troca de roupas, eles estavam vestindo-as molhadas logo na madrugada, pois, devido ao frio e às frequentes chuvas neste inverno, as mesmas não secavam durante a noite. Muitos contraíram gripe e outros, pneumonia. Indagados sobre as razões de não usarem outras roupas, eles afirmaram que, nestes casos, o feitor (assim chamado o fiscal) impunha-lhes o “gancho”, isto é, suspensão do trabalho por até três dias, dependendo da desobediência.

Segundo a pesquisa de Gonzaga e Sonoda (2010), as luvas fornecidas aos cortadores são de tamanho único, o que provoca muitos problemas:

No questionamento junto aos trabalhadores se a luva de proteção atrapalhava a execução do trabalho, obtivemos a seguinte resposta: 79,4% admitiram que sim. Os principais motivos apresentados para justificar essa resposta foram os seguintes: o tamanho único das luvas, a falta de aderência entre as luvas de proteção e o cabo do facão, e o endurecimento das mesmas quando estão em contato com a sacarose e cinzas presentes no ambiente de trabalho - principalmente quando a cana é queimada. Os trabalhadores alegaram que, em função destes problemas, eles sentiam ‘[...] dormência nas mãos e dores nos braços e costas [...]’, pois, é necessário fazer muita força para conseguir segurar o facão junto às luvas. (GONZAGA, SONODA, 2010, p. 4).

Em outro estudo, Gonzaga (2011), ao analisar o uso das luvas oferecidas por diversas empresas conclui que, além do tamanho e da falta de aderência ao facão, há também outro questionamento dos trabalhadores no tocante à localização das costuras na empunhadura do facão. Alguns afirmaram que, muitas vezes, usavam outra luva de pano, pois as costuras das luvas novas machucavam os vãos dos dedos; outros disseram que as costuras machucavam o dorso da mão, pois as costuras são muito grossas; outros ainda reclamaram das lesões nas unhas e na parte superior do dedo indicador.

No que tange ao uso dos facões, o estudo de Aroni (2010) revela as estratégias utilizadas pelos cortadores para adaptarem o compri-

¹⁶ A cidade, bem como os nomes dos trabalhadores, não são relatados, a fim de livrá-los de possíveis represálias por parte de fiscais e encarregados da usina. Ver a respeito, Facioli, 2009.

mento e a espessura dos cabos e também a lâmina dos facões às suas necessidades. Além das trocas dos cabos ao preço de R\$ 7,00, um trabalhador montou uma oficina mecânica para modelar as lâminas, segundo um formato curvo a fim de facilitar o corte das canas. Estas estratégias inserem-se nos mecanismos de microrresistência e de experiência laboral criados no contexto das relações de trabalho. Esta situação revela as formas sutis adotadas pelas empresas para reduzir os custos de produção, já que a legislação as obriga a fornecer gratuitamente os equipamentos de proteção individual (EPIs)¹⁷.

Outro item do acordo celebrado se reporta ao compromisso das empresas em apoiarem atividades *relativas ao lazer, esporte, educação etc.* Minhas pesquisas têm mostrado que a prática mais vigente é a jornada de 5x1, ou seja, trabalha-se durante cinco dias seguidos e descansa-se no seguinte. A Constituição Federal de 1988 assegura que o trabalhador rural que trabalhar 30 dias, a cada seis dias trabalhados, tem um dia de descanso remunerado, preferencialmente aos domingos (art. 7º, inciso XV, da Constituição de 1988). A prática do 5x1 obriga o trabalho aos domingos e feriados, pelo qual deveria haver uma remuneração extra, algo que não ocorre. Ademais, este sistema traz danos à sociabilidade dos trabalhadores, pois a rotatividade dos dias de folga impede que haja um tempo comum de lazer a todos. Assim, no interior dos “barracos” é comum encontrar trabalhadores, cujo dia de folga não coincide com os dos colegas que compartilham os mesmos cômodos. Portanto, muitos hábitos e costumes praticados aos domingos pelas famílias ou por grupos de migrantes do mesmo local de origem não são realizados. Em outros termos, esta imposição põe em questão a reprodução cultural e social destes trabalhadores. Inquiridos sobre as atividades de lazer, a grande maioria responde que descansa, não sai de casa, procurando recuperar as energias para a próxima jornada de trabalho. “Do barraco para o eito e do eito para o barraco”, é o que afirmam.

No que tange à *reprodução social* da grande maioria destes trabalhadores, constituída por migrantes, vindos do nordeste e também do Vale do Jequitinhonha/MG, vale a pena acrescentar outro dado. Em virtude dos milhares de trabalhadores que chegam por ocasião

¹⁷ Essa realidade contrasta com aquela mostrada nas feiras da Agrishow, ocorridas todos os anos na cidade de Ribeirão Preto/SP, nas quais são comercializadas grandes máquinas com tecnologia avançada para o corte da cana, além de outros produtos para a agricultura, na presença de políticos, prefeitos, governadores, ministros, embaixadores de muitos países e representantes de outros setores econômicos.

do início da safra, há um acréscimo vertiginoso da população das cidades canavieiras, sobretudo das menores, considerando ainda que vários deles trazem as respectivas famílias, pois o tempo da safra oscila entre nove a onze meses. Este fato provoca um crescimento das demandas dos serviços públicos de saúde e educação, algo que não é contemplado pelo repasse de verbas advindas do governo estadual, cuja prática baseia-se nos índices da população residente e não da flutuante. Aliadas a esta realidade, as denúncias da precarização das moradias dos migrantes, encaminhadas ao Ministério Público e outros órgãos governamentais, têm contribuído para a realização de fiscalizações e a exposição pública destas condições.

A fim de eliminar esta situação, algumas usinas contratam os migrantes nos seus locais de origem, após os exames médicos admissionais, transportando-os até as cidades de destino e se responsabilizando pelas moradias. Nestes casos, há o impedimento da vinda das famílias. Aqueles que optarem por trazê-las são obrigados a arcar com os gastos de transporte e também com os aluguéis das moradias. Por outro lado, os que, porventura, não se destinaram aos seus locais de origem no final da safra não serão contratados para a safra seguinte, já que, para isso, necessitariam estar lá na época das contratações.

Torna-se evidente que esta prática é uma forma de impedir a vinda das famílias dos migrantes. Os efeitos deletérios sobre as relações afetivas, a sociabilidade e a organização das famílias se manifestam por meio das separações dos casais, alcoolismo e sobrecarga de trabalho, na medida em que dependem tempo para o preparo da comida e da lavagem da roupa, atividades desempenhadas pelas mulheres, em geral. Os depoimentos de homens e mulheres são unânimes em afirmar os efeitos negativos desta separação, sobretudo no tocante à criação dos filhos, ao estranhamento das crianças em relação aos pais.

A minha maior tristeza era chegar em casa e a criança correr de mim, achar que era um estranho, não saber que eu era seu pai”. “Toda vez que falo com meu marido ao telefone, levo as crianças para que elas escutem a voz do pai, assim elas não vão estranhar quando ele voltar”.

Está-se diante de um processo de usurpação do afeto. Portanto, não somente o trabalho excedente é apropriado como também as condições afetivas. Vive-se no contexto de um grande sofrimento moral. Todas essas evidências - além da imposição da “média”, ou seja, do corte de no mínimo 10 toneladas de cana diárias, para assegurar a continuidade do emprego, caso contrário, há o risco de dispensa antes do

término da safra - não foram celebradas no Palácio do Buriti, porém, fazem parte da vida daqueles que estão no eito dos canaviais, onde ficam “borrados”, isto é, quando são acometidos por câimbras, desmaios, diarreias, dores fortes na coluna, impossibilitados de qualquer movimento corporal. Há também que considerar aqueles mutilados, os que foram descartados do trabalho antes de completar o tempo regulamentado pela legislação para a obtenção de aposentadoria. São os inválidos da cana, alguns dos quais já foram relatados em outro trabalho (SILVA, 2008b). Em virtude da importância de dar visibilidade à situação em que vivem, optou-se por relatar algumas situações:

- Iracema, 47 anos de idade. Após 17 anos de trabalho na cana, submeteu-se à cirurgia de coluna, que consiste na colocação de pinos que imobilizam parte dos movimentos do corpo, tornando custosos atos como levantar-se, dobrar o corpo, agachar, além das dificuldades para caminhar e das dores constantes, aliviadas pelo uso contínuo de sedativos. Não realiza nenhuma atividade doméstica. Conta com ajuda da filha para os cuidados de si e da casa.
- Maria, 56 anos de idade. Trabalhou na cana durante 20 anos. Em virtude do uso da bota – denominada de “sapatão” -, sente fortes dores no pé, tendo sido submetida à cirurgia para colocação de pino. Mal consegue dar alguns passos. Não recebe aposentadoria e não conseguiu afastamento. Vive com as filhas, que cuidam dela.
- Joana, 54 anos de idade. Trabalhou 24 anos na cana. Possui os mesmos problemas de Maria, ocasionados pelo uso do sapatão. Recebe aposentadoria. Necessita de ajuda dos familiares para a compra de remédios e alimentos.
- Clarisse, 63 anos de idade. Trabalhou 35 anos na cana. Tem sérios problemas no joelho. Em virtude do uso do sapatão, sua perna entortou, literalmente, o que lhe provoca dores constantes e muitas dificuldades para caminhar. Também reside com a filha, que lhe presta assistência. Recebe aposentadoria.
- Aparecida, 79 anos de idade. Trabalhou 40 anos na cana. Não recebe aposentadoria. Possui os mesmos problemas de Clarisse. Consegue caminhar com auxílio de muletas. Reside com uma filha, que trabalha na colheita da laranja, recebendo salário inferior ao mínimo. Os medicamentos para aliviar as dores são fornecidos pelo Posto de Saúde, cujos estoques nem sempre correspondem à demanda. Com frequência, os outros filhos compram os remédios faltantes no Posto.

- Etelvino, 52 anos de idade. Exerceu várias atividades no meio rural, inclusive no corte da cana. Não obteve afastamento nem aposentadoria. Vive num quarto de seis metros quadrados, sem janelas; possui uma cama, um pequeno fogão, alguns utensílios domésticos e roupas. Sente dores fortíssimas na coluna cervical. Apresenta um quadro de encurtamento das cordas vocálicas. Sua fala é incompreensível. Possui muitas dificuldades para engolir os alimentos, para dormir e caminhar. Sobrevive graças à caridade dos vizinhos, pois não possui família. Segundo ele, os médicos afirmam que não está doente, podendo trabalhar ainda. Em meio ao desespero, ele, nos limites do sofrimento, às vezes, “cata” mamona e até corta cana para alguns “gatos”.
- Reginaldo, 38 anos de idade. Está afastado. Trabalhou 15 anos na cana. Sobrevive à base de medicamentos e do uso de colete. Tem medo de se submeter à cirurgia, pois, segundo os depoimentos das pessoas conhecidas que colocaram os pinos na coluna, as dores continuam, além da imobilização do corpo causar outros danos.
- Tereza, 45 anos de idade. Não possui nenhum benefício trabalhista. Trabalhou por 20 anos no corte da cana. Possui tendinite no ombro, além de desgaste ósseo. Sente fortes dores, aliviadas com sedativos. Não consegue realizar as atividades domésticas.
- Mariana, 35 anos de idade. Trabalhou 10 anos no corte da cana e três meses na colheita da laranja, quando, a partir da queda da escada, houve vários danos à sua coluna cervical. Sobrevive graças ao uso de colete e de medicamentos. Todas as tarefas domésticas são realizadas pelo marido e pelos filhos pequenos. Segundo ela, temia que o médico não renovasse seu afastamento, o que a obrigaria a voltar ao trabalho.
- Valdecir, 34 anos de idade. Iniciou-se no trabalho da cana aos 13 anos. Veio de Minas Gerais com a família. Após 18 anos de trabalho, começou a sentir as dores na coluna, tórax, braços, mãos e pernas. Não conseguiu aposentadoria, pois, segundo ele, os médicos afirmavam que podia ainda trabalhar. Não conseguia levantar qualquer peso, apresentava dificuldades para caminhar e reclamava de inapetência e fortes dores no corpo todo. Era cuidado pela esposa. Vivía da caridade alheia e seu maior desejo era “poder provar aos médicos do INSS que não conseguia mais trabalhar porque estava doente e não era vaga-

bundo”. Era considerado o “facção de ouro”, chegando a cortar mais de 50 toneladas de cana ao dia! Faleceu em 2009, sem ter conseguido a sonhada aposentadoria por invalidez.

Estes são apenas alguns exemplos da dor e sofrimento. Trata-se de um processo caracterizado pela violência das relações de trabalho impostas.

O sofrimento moral¹⁸

Ao longo deste texto foram reveladas as condições às quais são submetidos os trabalhadores inseridos no corte da cana, levando-se em conta, sobretudo, a realidade do estado de São Paulo, responsável por dois terços da produção deste produto do país e onde o processo de mecanização e aplicação de novas tecnologias - tanto na área agrícola como industrial - acha-se mais desenvolvido. No início, chamou-se a atenção para a existência dos dois arranjos institucionais (Protocolo Agroambiental e o Pacto de Adesão Voluntária), cujos objetivos eram tornar esta produção sustentável ambiental e socialmente, de tal forma que as condições laborais fossem adequadas às normas legais vigentes Norma Regulamentadora 31 (NR31). O cumprimento destes arranjos criaria as bases necessárias para a conquista dos mercados internacionais, sobretudo dos europeus, para a compra do etanol brasileiro.

A análise aqui desenvolvida mostrou que as medidas tomadas visando melhorias das condições de trabalho dos cortadores de cana não foram eficazes para combater o processo de superexploração vigente. Sob a capa da ideologia que sustenta esta produção, esconde-se um verdadeiro *i-mundo*¹⁹ do trabalho. Em outras ocasiões (SILVA, 2005a, 2008b), interpretou-se esta realidade não somente levando-se em conta os condicionantes impostos pelas estruturas objetivas (exploração de classe), mas também os efeitos sobre a psique, o mundo interior dos sujeitos.

Vale lembrar que a maioria dos trabalhadores desta atividade é constituída por migrantes, provenientes dos estados do nordeste e norte de Minas Gerais. Este é também um traço constitutivo da reprodução de capitais em outras regiões (MENEZES, 2002) e em outros

¹⁸ Sobre a discussão teórica do sofrimento moral e trabalho, consultar Dejours (1987 e 1999).

¹⁹ Termo tomado de empréstimo de Jean-François Mattéi em sua obra, *A barbárie interior. Ensaio sobre o i-mundo moderno*. São Paulo: Edunesp, 2002.

países, cujas culturas agrícolas são destinadas à exportação. Na Argentina, México e Uruguai, a situação temporária de muitos trabalhadores migrantes se manifesta em distintas culturas agrícolas. No tocante à Argentina, as pesquisas de Bendini et al (2006) revelam a situação de precariedade dos trabalhadores migrantes para os trabalhos na fruticultura no norte da Patagônia argentina. Flores (2006), ao analisar a situação dos camponeses mexicanos migrantes, sobretudo os indígenas, mostra que eles circulam por diferentes espaços de plantações de flores, construindo os territórios migratórios, territórios estes que podem ser locais, regionais e internacionais. No Uruguai, Piñero (2008) analisa o caso dos trabalhadores da tosquia e dos empregados nas plantações de citrus, revelando, em ambos os casos, o caráter precário destes trabalhos.

Levanta-se a hipótese de que estas grandes plantações, cujos produtos são destinados ao mercado externo nesta fase atual do capitalismo, assemelham-se aos enclaves, cujas relações de trabalho se caracterizam pela superexploração, precarização, ou até mesmo pela existência de condições análogas às de escravo. Nos Estado de São Paulo em razão da intensificação da fiscalização da Vigilância Sanitária, do Ministério Público e do Ministério Público do Trabalho, sobretudo a partir de 2005, quando foram constatadas as mortes, supostamente por exaustão, no eito dos canaviais, houve maior preocupação das usinas em relação ao cumprimento das normas legais, basicamente no que concerne ao uso dos equipamentos de proteção individual. Contudo, como foi mostrado ao longo deste texto, formas sutis e invisíveis de superexploração continuam existindo. No atual momento, quando, segundo a hipótese aqui defendida, está ocorrendo a transição do trabalho manual do corte para o mecanizado, a demanda de força de trabalho tem diminuído e, ao mesmo tempo, os níveis de exploração têm aumentado.

De acordo com muitos depoimentos, as empresas têm remanejado os trabalhadores, segundo os seus interesses e as novas formas de gestão adotadas. Assim, têm ocorrido situações em que os trabalhadores são contratados na matriz da empresa numa localidade e, em seguida, enviados a outras usinas situadas em outros municípios, ou até mesmo em outros estados. Tal situação gera insegurança, principalmente no caso daqueles cujas famílias também migram. No tocante às mulheres na atividade do corte, elas foram praticamente descartadas, restando-lhes vagas em atividades de recolha dos restos de cana (bitucas) deixados pelos guinchos. São chamadas de “bituqueiras”. Trata-se de uma tarefa bastante árdua, pois permanecem agachadas durante

toda a jornada de trabalho, assemelhando-se às “respigadeiras”, representadas pela belíssima pintura de Jean-François Millet no século XIX. As mulheres são também contratadas para o plantio da cana e também para o preparo das mudas. Todas estas atividades se enquadram em rearranjos do mercado de trabalho e também da divisão sexual do trabalho. A remuneração é por tempo de trabalho na “bituca” e por produtividade, no caso do plantio e no preparo das mudas.

Portanto, uma das explicações para a superexploração seria a maior oferta de trabalho em relação à demanda, nesta fase em que o trabalhador concorre com as máquinas. No entanto, outras interpretações podem ser dadas para a compreensão desta realidade.

É preciso não esquecer que o migrante parte em busca de melhoria de vida, isto é, de um projeto de ascensão social. O retorno, ou melhor, a representação do retorno é carregada destes valores. Logo, os fracassos e as perdas representariam a ruptura com o ideal da partida, o que pode resultar em sanções negativas por parte do grupo. Esta poderia ser a explicação para as ações daqueles que não retornam, que desaparecem. Um relatório de 2006 da Pastoral do Migrante em Guariba/SP, em parceria com a Comissão Pastoral da Terra do Estado do Piauí, datado de 2006, obteve informações de 367 domicílios familiares de trabalhadores que saem para trabalhar em outros estados, nos municípios considerados como os que possuem os maiores índices de trabalhadores migrantes: Barras, Miguel, São Raimundo Nonato, União Esperantina e Uruçuí. A renda familiar dos entrevistados, segundo esta fonte, era inferior a um salário mínimo. Estes dados revelam que 93% dos que saem para trabalhar são homens que se distribuem nas diferentes faixas etárias, sendo que 65,3% se concentram na faixa entre 18 e 35 anos, idade em que o trabalhador possui maior força física para trabalhos pesados. Os níveis de escolaridade são baixos: 16% são analfabetos e 45% não atingiram sequer a quarta série do ensino fundamental.

Estes trabalhadores, quando migram, necessitam pedir dinheiro emprestado ao “gato”. A dívida contraída com este agente pode representar o início da submissão à escravidão ou ao trabalho degradante, em virtude da impossibilidade de saldar toda a dívida, ou ainda de regressar aos locais de origem, distantes mais de 3.000 km da região de Ribeirão Preto, para onde se destinam, na sua maioria.

Os dados do relatório da Pastoral revelam ainda que houve um crescimento expressivo do número de migrantes destes dois estados para os canaviais paulistas, no intervalo de apenas seis anos. No período de 2000 a 2001, 100 trabalhadores migraram para esta região. Em

2005-2006, este número passou para 6.000, portanto, um aumento de 6.000%, ou seja, 60 vezes!

No que tange ao sofrimento moral, dois depoimentos coletados pela Pastoral do Migrante de Guariba/SP expressam o lado invisível desta forma de trabalho (FACIOLI, 2009):

Eu trabalho ao lado de um senhor de mais idade e fico observando seu esforço. Tem hora que ele geme, põe a língua pra fora e continua sua empreitada. E sabe por que ele faz tudo isso? Sua família é numerosa e ele tem uma filha que faz tratamento mental e necessita de vários remédios. Estava cortando cana e senti um estalo no peito, pensei que tivesse quebrado uma costela. Só em casa é que fui perceber que o lado esquerdo do peito estava mais alto que o lado direito. Fui ao médico, tirei raio e apareceu uma mancha abaixo das costelas. O médico disse que preciso fazer cirurgia. Por enquanto não estou podendo trabalhar.

O leitor poderia se perguntar sobre as razões da imposição a outrem de tamanha dor e sofrimento. Seria meramente crueldade? Isto ocorre em outras partes do mundo? Estaríamos diante de uma servidão voluntária dos tempos modernos? Por que os trabalhadores suportam esta vassalagem?

Acreditamos que as respostas a estas questões e muitas outras são respondidas pelos próprios sujeitos desta história. A aceitação das regras – da imposição da média de 10 toneladas de cana cortada por dia, do trabalho por produção – está associada à condição social dos trabalhadores. Ao ouvir o gemido de dor do colega de trabalho, o trabalhador se pergunta e, ao mesmo tempo, responde: “ele faz tudo isso porque sua família é numerosa e tem uma filha com problemas mentais que necessita de medicamentos”.

A realidade destes trabalhadores é permeada pela experiência da expropriação e da alienação. Vários deles são camponeses que, ainda em seus lugares de origem, possuem pequenos lotes de terra. São parceiros, rendeiros, foreiros, posseiros, descendentes de quilombolas e até mesmo indígenas. Outros já perderam suas terras e vivem nas “pontas de rua” das cidades dos estados do nordeste do país. Aos poucos foram perdendo suas terras, sendo expulsos de suas roças, de suas moradas. Vão se tornando trabalhadores *nus*, despojados de sua condição de camponeses e buscam saídas. A única que encontram é por meio da migração forçada para os canaviais da região centro-sul ou para áreas de pecuária, desmatamento nos estados da região norte e centro-oeste.

Portanto, antes de serem explorados nos canaviais, já são “escravos da precisão”²⁰, ou seja, são obrigados a sair para garantir a sobrevivência da família. Desta sorte, são obrigados a aceitar as condições impostas no eito dos canaviais. Trazem em seus próprios corpos as marcas da desvalorização social: são negros, mestiços, índios, analfabetos, “nortistas”, não capacitados para outros trabalhos. Valem pouco. Gradativamente, vão incorporando os novos hábitos impostos. Vão adestrando o corpo para o trabalho duro. Vão vestindo roupas molhadas nas madrugadas frias, passam a se acostumar ao frio, à ausência de cobertores. Confundem-se em relação ao uso do cartão de crédito. A vida longe da família impõe-lhes o aprendizado de novos deslocamentos no espaço social, para os quais não estavam preparados. Desorientam-se. Alguns se rebelam, outros desistem, outros suportam, outros partem.

No entanto, antes do adestramento do corpo, há o adestramento da alma, Quando saem de seus lugares de origem, na condição de “escravos da precisão” já sentem o peso da prisão em seus interiores, em seus próprios fundos. A barbárie produzida no *i-mundo* do trabalho atinge o fundo do ser, da condição humana.

Outro ponto que decorre destas reflexões é o referente aos *padrões de masculinidade*, ou seja, aos papéis que devem ser desempenhados pelos homens. A figura do chefe de família, do provedor, está associada aos padrões patriarcais, que atravessam todas as classes sociais. Se, por um lado, tais padrões conferem poder aos homens, legitimando a dominação masculina sobre as mulheres, por outro lado, podem ser considerados como verdadeiros fardos. Deste modo, o homem é identificado como viril, destemido, capaz de enfrentar todos os perigos. Este é mais um dos elos destas amarras invisíveis que prendem muitos trabalhadores às redes deste trabalho. Não se trata de desconhecimento da realidade a ser vivida. Ao contrário. Trata-se de um verdadeiro enfrentamento, de uma prova para o próprio indivíduo e para o grupo ao qual pertence. É uma espécie de rito de passagem. Ao migrar em busca de salário para melhorar de vida, para sustentar a família, o homem cumpre o papel viril de destemor e também de provedor. Assim, sua inserção no grupo é sancionada positivamente. O sofrimento e a dor são silenciados em virtude da internalização de tais valores e padrões socioculturais.

A crueza desta realidade dificilmente será captada pela ideologia que sustenta esta produção. O objetivo deste texto foi retirar suas

²⁰ A expressão precisão é frequentemente utilizada pelos migrantes quando inquiridos sobre as causas da saída de seus lugares de origem. Ver também a respeito, Moura (2006).

máscaras, revelando aos leitores sua verdadeira face, por meio das vozes daqueles que a vivem.

A essas alturas da safra nosso salário tem quase a cor de nosso sangue. Já gastamos quase todas nossas energias.

Sabe o que é ficar ‘borrado’ no eito da cana? É perder o controle do próprio corpo, é sentir um ‘quenturão’ doido, é como passar por uma convulsão. (FACIOLI, 2009).

Referências bibliográficas

- ALESSI, N. P.; NAVARRO, V. L. *Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto*. São Paulo, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 13 (supl.2), 1997, p. 111-121.
- ALVES, F. Por que morrem os cortadores de cana? *Saúde e Sociedade*, v. 15, 2006, p. 90-98.
- ANDRADE, A. F. *Cana e crack: Sintoma ou problema? Um estudo sobre os trabalhadores no corte de cana e consumo do crack*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.
- ANDRADE, J. M. F. *Construção de um índice de sustentabilidade ambiental para a agroindústria da cana paulista da cana-de-açúcar (ISAAC)*. Dissertação de Mestrado. Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas – EESP – FGV, 2009.
- ARBEX, M. A. *et al.* Queima de biomassa e efeitos sobre a saúde. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, v. 30, 2004, p. 158-175.
- ARONI, R. *Travessias de famílias de camponeses migrantes*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia/UFSCar, 2010.
- BENDINI, M. I. e RADONICH, M. M. e STEIMBERG, N. G. Los trabajadores agrícolas estacionales. Marco teórico-metodológico para um estudo de caso. *Teoria & Pesquisa*, n. 49, jul/dez/2006. São Carlos, p. 111-139.
- BOSSO, R. M. V. *Et al.* Effects of genetic polymorphisms CYP1A1, GSTM1 and GSTP1 on urinary 1-hydroxypyrene levels in sugarcane workers. *Science on the Total Environment*, v. 370, 2006, p. 382-390.
- DEJOURS, C. *A loucura do trabalho. Estudo da psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1987.
- DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- FACIOLI, I. (Org.). *Vozes do eito*. Guariba: Eco. das Letras, 2009.

- FLORES, S. M. L. Circulación territorial y encadenamientos migratórios de los jornaleros agrícolas en el noroeste del México. *Teoria e Pesquisa*, n. 49, jul/dec/2006. São Carlos, p. 13- 34.
- GONZAGA, M. C. e SONODA, A. L. Enquanto o bom senso não chega: a criatividade combate a inadequação. Paper apresentado no *Vlème Colloque International de Psychodynamique et Psychopathologie du travail /1er Congrès de l'Association Internationale de Psychodynamique et Psychopathologie du Travail* - PDT 2010. Editores: L. Szelwar, S. Lancman and S. Uchida, 2010.
- GONZAGA, M. C. Análise de luvas de proteção usadas no corte manual da cana-de-açúcar. XXXI *Encontro Nacional de Engenharia de Produção*. Belo Horizonte, 4 a 7 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/sistemas/AcervoDigital/DetalhesAcervoDigital.aspx?CodAcervoDigital=124>. Acesso em 05/05/2012.
- MARX, K. *Le capital*. Paris: Éditions Sociales, 1978.
- MATTEI, J. F. *A barbárie interior. Ensaio sobre o i-mundo moderno*. São Paulo: Edunesp, 2002.
- MENEZES, M. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes. Um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: João Pessoa: EDUFPB, 2002.
- MOURA, F. A. *Escravos da precisão. Economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFMA, 2006.
- RIBEIRO, H. Sugar cane burning in Brazil: respiration heath effects. *Rev. Saúde Pública*, n. 42, v. 2, 2008, p. 370-376. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsp/v42n2/en_6804.pdf. Acesso em 03/12/2009.
- RIBEIRO, H. e PESQUERO, C. Queimadas de cana-de-açúcar: avaliação de efeitos na qualidade do ar e na saúde respiratória de crianças. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, 2010, p. 255-271.
- OLIVEIRA, A. M. *Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia da UNESP/ Presidente Prudente, 2009.
- PIÑERO, D. *El trabajo precário em El campo uruguayo*. Montevideo: Artes Gráficas SA, 2008.
- SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Edunesp, 1997.
- SILVA, M. A. M. A face oculta do trabalho: migrantes nas usinas canavieiras de São Paulo. *Revista latinoamericana de Estudios del trabajo (Relet)*. año 10, n. 17, 2005a, p. 31-54.
- SILVA, M. A. M. *Senhores da terra. Donos do mundo*. Vídeo. 15'. São Carlos: Oz Produtora, 2005b.

- SILVA, M. A. M. *et al.* Do karoshi no Japão, à birola no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. *Nera* (Núcleo de estudos, pesquisa e projeto de reforma agrária). Revista eletrônica do PPG/ Geografia e Dep. de Geografia da UNESP/PP, Ano 9, n. 8, 2006, p. 74-109. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/revista.php>.
- SILVA, M. A. M. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana-de-açúcar. *Cadernos CERU*, Série 2, v. 19, n. 1. Jun. 2008a, p.165-180.
- SILVA, M. A. M. Mortes e acidentes nas profundezas do “mar de cana” e dos laranjais paulistas. *InterfaceHES*, v. 3. n. 2, 2008b, p. 1-10. Disponível em: www.interfacehs.sp.senac.br/.
- SILVA, M. A. M. Produção de alimentos e agrocombustíveis no contexto da nova divisão mundial do trabalho. *Pegada*, Revista eletrônica do PPG/Geografia e Departamento de Geografia da UNESP/PP, v. 9, n. 1, jun. 2008c, p. 63-80. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/pegada.htm>.
- SZMRECSÁNYI, T. Tecnologia e degradação ambiental: o caso da agroindústria canavieira no Estado de São Paulo. *Informações econômicas*. São Paulo, v. 24, n. 10, 1994, p. 73-82.
- THOMAZ JR. A. *Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI. Limites e explicativos, autocrítica e desafios teóricos*. Tese de livre-docência. Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP/Presidente Prudente, 2009. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/iniciar.html>.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. “Sabe o que é ficar borrado no eito da cana?”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2013, vol. 21, n. 2, p. 359-391, ISSN 1413-0580.

Resumo: (“Sabe o que é ficar borrado no eito da cana?”). O objetivo deste texto é analisar as condições de trabalho nos canaviais do Estado de São Paulo no momento atual, caracterizado pela intensificação do processo de mecanização do corte de cana, em razão do Protocolo Agroambiental firmado entre a UNICA (União da Indústria Canavieira) e o governo estadual em 2007. Considera-se este momento como de transição do trabalho manual do corte de cana para o trabalho mecanizado. Em função da rapidez das mudanças ocorridas no processo de trabalho nos canaviais, que envolvem o preparo do solo, plantio, controle de pragas, além da colheita, estas relações de trabalho no atual momento devem ser analisadas no contexto do processo de pós-trabalho manual do corte. Esta afirmativa não sig-

nifica que ocorrerá a total eliminação do trabalho manual, porém haverá implantação de novos arranjos no mercado de trabalho e também nos métodos de exploração da força de trabalho. Além do Protocolo Agroambiental acima citado, vale a pena mencionar outro arranjo institucional, o Pacto de Livre Adesão, firmado em 2009, pelos representantes dos trabalhadores, do governo federal e do patronato, cujo objetivo também foi o de reorientar as relações de trabalho nos canaviais, a fim de garantir aos compradores do etanol do mercado externo que as relações de trabalho seriam fiscalizadas pelo poder público. A metodologia baseia-se em entrevistas com trabalhadores e em dados quantitativos secundários.

Palavras-chave: trabalhadores rurais, cortadores de cana, arranjos institucionais, exploração do trabalho.

Abstract: (*"Know what it is to be blotted-out in sugarcane?"*). The aim of this paper is to analyze the conditions in the plantations of the state of São Paulo at the present moment, characterized by intensification of mechanization of sugarcane cutting, in the light of two institutional arrangements: the Environmental Protocol signed between UNICA (Sugarcane Industry Union) and the state government in 2007 and the commitment of Free Accession, signed in 2009 by representatives of workers, the federal government and employers' representatives. It is considered that this moment represents a transition from manual labor to mechanization in cane production. Due to the rapid changes occurring in the labour process in the cane fields, involving soil preparation, planting, pest control, and harvesting, these labor relations at the present time should be analyzed in the light of a post-manual labor context. This statement does not mean that a total elimination of manual labor will come to pass, but there will be implementation of new arrangements in the labor market and also in the methods of exploitation of the laborforce. These institutional arrangements had as their purpose to reorient labor relations in the cane fields to assure ethanol buyers in the overseas market that labor relations would be subject to government inspection. The methodology is based on interviews with workers and quantitative secondary data.

Key words: Rural workers, Cane cutters, Institutional arrangements, Labor exploitation.

Artigo recebido em 25/10/2013
Aprovado para publicação em 04/12/2013